

## OS CUSTOS DA MODERNIZAÇÃO

### Dissociação, homogeneização e resistência no Sertão do Nordeste Brasileiro<sup>53</sup>

Dawid Danilo Bartelt

#### Introdução

De novembro de 1874 a janeiro de 1875 eclodiram manifestações populares em numerosas vilas e arraiais do agreste e sertão nordestino, principalmente em Pernambuco e na Paraíba. Na sua maioria bem organizadas e cautelosamente executadas, as ações evitaram o uso de violência contra pessoas. Os manifestantes invadiram estabelecimentos comerciais, a fim de quebrar os pesos e as medidas métricas recém introduzidos, impediram que fossem pagos os diversos impostos provinciais e municipais nas feiras e queimaram livros de impostos e sesmarias em câmaras municipais e cartórios.<sup>54</sup>

O governo imperial decretara a introdução do sistema métrico francês em 1862, estipulando um prazo de dez anos para a substituição gradual dos antigos pesos e medidas, de uso vago e que variavam de região para região. O sistema entrou definitivamente em vigor a partir de julho de 1873. Ele fez parte do programa de reformas do gabinete Rio Branco desde

<sup>53</sup> Agradeço a Dr. Matthias Röhrig Assunção, Essex/Inglaterra, valiosos comentários a uma versão anterior deste texto.

<sup>54</sup> A literatura sobre a "Revolta dos Quebra-Quilos" é escassa. O estudo mais abrangente e mais rico em detalhes não passa analiticamente de constatar uma "revolta arcaica": Souto Maior, Armando, *Quebra-Quilos. Lutas sociais no outono do Império*, São Paulo: Comp. Ed. Nacional/MEC, 1978. Publicado no ano anterior, o historiador canadense Barman assume uma posição contrária à de Souto Maior, vendo as ações como uma demonstração quase "racional" de uma classe de camponeses auto-conscientes e ativos no agreste: Barman, Roderick J., *The Brazilian Peasantry Reexamined: The Implications of the Quebra-Quilo-Revolt, 1874-1875*, in: *HAHR* 75:3 (1977), pp. 401-424. Para Monteiro, Hamilton de Mattos, *Crise agrária e luta de classes (O Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889)*, Brasília: Horizonte, 1980, a revolta dá prova da sua hipótese que as últimas décadas do império não foram uma época de paz, estabilidade e prosperidade como frisa a historiografia tradicional, mas foram marcadas pela execução de violência física e estrutural contra as classes inferiores, principalmente no Nordeste. A sua aguda análise sofre, porém, do fato que ele reduz numa visão marxista ortodoxa, as revoltas do interior à parte de "lutas de classes" de um "proletariado" que é contraditada já pelo fato, demonstrado por ele mesmo, que a revolta teve a participação de padres, oficiais e liberais e de fazendeiros, ou seja, que houve antes de mais nada uma coalizão tática das classes, unindo-se na visão anti-estatal. Assim como Joffily, Geraldo Irineo, *O Quebra-Quilo. A revolta dos matutos contra os doutores (1874)*, in: *Revista de História* 107 (1976), pp. 69-145, Monteiro vê uma conexão com o "Ronco da Abelha" em 1851/52, quando planos do governo imperial de implantar um registro civil de nascimentos e óbitos assim como o plano de um primeiro censo geral provocaram revoltas na mesma região do Quebra-Quilos. Barros, Luitgarde Oliveira Cavalcanti, *A Terra da Mãe de Deus, Rio de Janeiro/Brasília: Francisco Alves/INL, 1988*, acentua a importância da Questão Religiosa para a revolta e a interpreta como "um ensaio de decodificação da mensagem católica centenariamente transmitida como obediência." (p. 130). O trabalho mais recente é do sueco Magnus Mörner, *The Masses Face the Modernizing Ambitions of the National State*, in: *Idem, Region and State in Latin America's Past*, Baltimore/London: The John Hopkins Univ. Press, 1993, pp. 53-67. Na sua bem ponderada análise, Mörner discute os textos anteriores (menos, surpreendentemente, o de Monteiro) e enquadra Quebra-Quilos no processo de modernização expansiva. Concluindo que a modernização foi ao interior "pateticamente prematura" e carecia de racionalidade, uma vez que reagia aos protestos com uma grande brutalidade, ele subestima o caráter conservador-autoritário desta modernização que não respeitou as necessidades do interior nem as estruturas espaciais-temporais em vigor.

1871. O elemento central deste programa foi o primeiro censo nacional em 1872 que pôs fim aos longos tempos "pré-e proto-estatísticos" no Brasil.<sup>55</sup> Paralelamente, procurava-se registrar todos os escravos no país em função da "Lei do Ventre Livre", de 1871, que libertou *de jure* os filhos de escravos nascidos após esta data. As reformas incluíram ainda uma nova lei de recrutamento militar que estabelecia em 1874 os modos e as condições de recrutamento para o Exército e a Armada. Estas medidas procuravam homogeneizar e racionalizar os processos administrativos no plano político e econômico. Eram medidas de modernização do cunho europeu. Tiveram como objetivo de fazer vigorar a soberania interna dos Estados modernos, ou seja, efetivar e perpetuar a normatização e o controle dos indivíduos e dos processos dentro do território de jurisdição do estado.

Mesmo numa época na qual parece não haver alternativa à modernidade, seja ela a Primeira, a Segunda ou a Pós-Modernidade, o historiador deve insistir que a teoria da modernização<sup>56</sup> é apenas *uma* perspectiva de avaliar o processo histórico de uma sociedade. Na historiografia sobre o Brasil colonial e imperial, principalmente na de cunho anglo-saxônico, ela ainda é hegemônica. Esta historiografia segue, *grosso modo*, a percepção de um estudo clássico da história brasileira novecentista que abre com as palavras: "Brazil was a backward country in 1850".<sup>57</sup> É evidente que em comparação com a Grã-Bretanha o Brasil fosse considerado um país "atrasado" – e sob o axioma que a Grã-Bretanha era a medida válida para o Brasil. O questionamento do historiador deve ser a seguinte: Qual é a medida adequada para avaliar a "realidade" de uma formação histórica? A medida chamada "Grã-Bretanha" do século XIX é tida como universal. Seu sobrenome é "modernização".

As medidas axiomáticas exigidas para o *backward country* se repetem dentro do território nacional. 'O Sertão foi, em 1850, ou 1893, uma região atrasada'. É com essa paráfrase que começam os textos sobre o que se denominava de "centro" na Bahia novecentista mas que sempre foi periferia. Toda a historiografia sobre o Sertão não se constringe em classificar esta região como "hinterland", ou, aporuguesado, "hinterlândia".<sup>58</sup> A medida, a matriz da modernização está enraizada no sub-consciente da ciência.

Quando se dirige ao Sertão, as ciências sociais em geral e a historiografia em particular o tem tratado numa visão de modernização pelo reverso. Eles costumam focalizar o misticismo,

---

<sup>55</sup> Marcílio, Maria Luiza (1977), Levantamentos censitários da fase proto-estatística do Brasil, in: Anais de história, 9. Jg., S. 63-75.

<sup>56</sup> É evidente que não existe a teoria da modernização mas diversas. Um excelente resumo destas teorias e do seu significado para a historiografia apresenta Wehler, Hans-Ulrich, *Modernisierungstheorie und Geschichte*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht 1975. Pode-se identificar, porém, um paradigma dominante *normativo* que estipula um modelo universal de evolução de sociedades cujo alvo deve ser o estado democrático, social, parlamentarista, industrial e capitalista. Esta evolução pressupõe primordialmente processos de racionalização, burocratização, diferenciação institucional/structural, democratização, industrialização e expansão econômica.

<sup>57</sup> Graham, Richard, *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1968, p. 1. O texto continua: "To make this point, it is worthwhile to contrast it with a society which was modernizing at that time" – a inglesa. A tradução de Roberto Machado de Almeida ameniza o julgamento de Graham (Brasil: país atrasado, pré-moderno versus Grã-Bretanha: país em modernização), atribuindo ao Brasil já uma qualidade de país moderno: "Os britânicos, em 1850, encontravam-se em fase de plena modernização, enquanto que o Brasil apenas iniciava um movimento no mesmo sentido." Graham, Richard, *Grã-Bretanha e o início da modernização*, São Paulo: ed. brasiliense, 1973, p. 11.

<sup>58</sup> A usual denominação do Sertão, ou do interior, como *hinterland*, *hinterlândia*, mostra o reflexo forte da lógica colonial no imaginário e nos discursos atuais. A palavra alemão significa, literalmente, "terra traseira". O *hinterland* é o Sertão visto do litoral, em relação ao qual ele está "atrás". E ele é não somente visto, como medido e avaliado a partir do litoral e dos padrões de modernização: a região está cultural, política, economicamente "atrás", atrasado, retardado.

o messianismo, o milenarismo e/ou o demonismo/a demonização do homem e da natureza. Elas vêm nestes fenômenos o lado mais destacado da normalidade sertaneja, considerada paradigmaticamente pré-moderna. Tratando das supostas utopias sertanejas, constituem o Sertão como *topos*, como lugar da Pré- ou da Anti-Modernidade. Não é de negar de forma nenhuma que a religião (popular) no Sertão desempenhasse uma função importante e mereça uma atenção especial da ciência. De fato, parece este ser o campo mais bem estudado da história sertaneja.<sup>59</sup>

Recentemente, e em explícita contraposição à literatura modernista tradicional, o sertão está sendo focalizado pela historiografia brasileira do imaginário. Ensaio como os de Janaína Amado<sup>60</sup>, Gilmar Arruda<sup>61</sup>, Lydia Galetti<sup>62</sup> e as monografias de Elisa Reis Mader<sup>63</sup> Cândia Vidal e Souza<sup>64</sup> de Nisia Trindade Lima<sup>65</sup> analisam a construção do sertão em relação às concepções da identidade nacional e/ou regional pelas elites do litoral. Mas ainda procura-se em vão uma história social digna de menção do Sertão colonial e imperial. O maior estudo da história social da Bahia no século XIX, uma obra de 730 páginas, praticamente omite o Sertão.<sup>66</sup> O estudioso deve recorrer ao clássico Capistrano de Abreu, não somente porque ele é bom, senão também porque não tem outra obra geral mais moderna. Faltam micro-estudos de municípios e fazendas, e falta uma visão do conjunto.<sup>67</sup> Os novos

---

<sup>59</sup> Veja por exemplo Barros, A Terra de Mãe de Deus, op. cit.; Della Cava, Ralph, Milagre em Joazeiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra 1976 (orig. inglês 1970); Hoornaert, Eduardo, Formação do catolicismo brasileiro. 1550-1800, Petrópolis: Ed. Vozes, 1974; Hoornaert, Eduardo/Desrochers, G. (Org.), Ibiapina e a Igreja dos Pobres, São Paulo 1984; Otten, Alexandre, "Só Deus é grande". A Mensagem religiosa de Antonio Conselheiro, São Paulo: Ed. Loyola, 1990.

<sup>60</sup> Amado, Janaína. "Região, Sertão, Nação", in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1995, pp.

<sup>61</sup> Arruda, Gilmar, Cidades e sertões, in: Andrzej Dembicz (Org.), El Espacio en la Cultura Latinoamericana. Dicionario Analítico, Bd. 2: El Espacio en la Cultura Latinoamericana, Warschau: Zaklad Graficzny UW 1997, pp. 89-102.

<sup>62</sup> Galetti, Lyliya da Silva Guedes, Mato Grosso: O Estigma da Barbárie e a Identidade Regional, in: Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UnB, 3:2 (1995), pp. 48-81.

<sup>63</sup> Mader, Elisa Reis N.S., O Vazio: o Sertão no imaginário da Colônia nos Séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro, 1991.

<sup>64</sup> Vidal e Souza, Cândia, A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro, Goiânia 1997.

<sup>65</sup> Lima, Nisia Trindade, Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional, Rio de Janeiro: Ipuerj/Revan, 1999. Segundo a autora, será defesa em breve a tese de Lydia Galetti, Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre o território mato-grossense – 1870 -1930, USP.

<sup>66</sup> Mattoso, Katia de Queiros, Bahia Século XIX. Uma província no Império, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2<sup>a</sup> edição, 1992.

<sup>67</sup> A literatura não-ficcional sobre a história do Sertão tem sido marcada por uma vertente memorialista-folcloricista, para a qual o título "Sertão do meu tempo" (Amorim, Deolindo, Sertão do meu tempo, Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1978) é paradigmático. Os melhores estudos de história social do Sertão são de autoria norte-americana e referem-se ao sertão cearense: Chandler, Billy Jaynes, The Feitosas and the Sertão dos Inhamuns. The history of a family and a community in northeast Brazil, 1700-1930, Miami: Univ. of Florida Press, 1972; e Cunniff, Roger Lee, The Great Drought: Northeast Brazil, 1877-1880, Austin: Phil.diss (mimeo), 1970. Tanto este último, uma tese de doutorado, quanto o estudo excelente de Mello sobre semântica e características marcantes do sertão dos séculos XVI a XIX não mereceram publicação em livro: Mello, Ceres Rodrigues, O sertão nordestino e suas permanências (século XVI-XIX), in: Revista do IHGB Bd. 148, Nr. 356 (1987), S. 283-437. Também não publicado em livro, e sem tradução para o português, é o estudo do baiano Antonio Fernando Guerreiro de Freitas, Au Brésil: Deux Régions de Bahia (1896-1937), Paris: Phil.diss. (mimeo), 1992. Uma referência especial merece o excelente e ricamente documentado estudo do historiador alemão Matthias Röhrig Assunção sobre a população, a terra, a economia, as estruturas sociais e de poder no Maranhão, zona de transição entre a floresta tropical, a caatinga do Nordeste e o cerrado do Brasil central, na primeira metade do século XIX, que lamentavelmente ainda não foi traduzido ao português: Pflanzler, Sklaven und Kleinbauern in der brasilianischen Provinz Maranhão 1800-1850, Frankfurt a.M.: Vervuert, 1993. Fora do

estudos mencionados, porém, nutrem a esperança que o Sertão, em breve, possa deixar de ser a *hinterlândia* da historiografia brasileira.

Por isso, sem tematizá-lo expressamente, o presente ensaio abre no seu percurso constantemente *desiderata* de pesquisa. Explicitamente ele quer desenhar umas linhas gerais do processo histórico da constituição do Sertão na sua espacialidade e dentro de um processo chamado "modernização" no Brasil, abrindo umas linhas de pensamento para futuras pesquisas. No final, ele quer lançar um rápido olhar naqueles que contam entre os perdedores da modernização. Mas que não aceitaram tudo.

#### A Tradição original: violência

O Sertão foi constituído através de um genocídio. Mas até hoje, percebe-se na intelectualidade brasileira uma enorme dificuldade em se relacionar com os bandeirantes. Sem estes não existiria o Brasil; os destruidores, os matadores abriram o território e conceberam assim, ainda que bem provavelmente sem querer, a territorialidade da colônia, que nas concepções originais, devia servir apenas como uma base extrativa-portuária dentro do sistema mercantil-colonial. Sem a atuação dos bandeirantes – que aliás foi uma negação da lógica metropolitana que vetava inicialmente a exploração do interior – não haveria o Estado Brasileiro – eis a dialética sangrenta, o profundo paradoxo no qual cai uma avaliação crítica. Por suas consequências, aliás, as bandeiras paulistas e as "entradas" bahianas (muitas com a ajuda experiente de bandeirantes de São Paulo) pouco se diferenciavam: Das etnias Gê e Tupi na Bahia poucos índios sobraram no século XVII; os restos foram aglomerados nas aldeias indígenas como estas entre Itapicuru e Vaza-Barris que ficaram conhecidas na Guerra de Canudos: Jeremoabo, Canabrava (Pombal), Natuba (Nova Soure), Nova Mirandela, Massacará. Os jesuitas completaram pela "assimilação" cultural, ou seja, pela extinção das diferenças, o genocídio daqueles que salvaram com vida.

Enquanto a etimologia da palavra "sertão" permanece obscura<sup>68</sup>, podemos traçar o desenvolvimento semântico do conceito na história brasileira. Através de definições dicionarizadas, assim como de fontes primárias, principalmente relatos de viagem, pode-se concluir que a semântica de Sertão não se constituía nem pelo deserto, nem pelo clima, senão

---

Ceará foi o Vale do Rio São Francisco que mereceu maior atenção da historiografia. Além de Freitas, vale mencionar o clássico mas ultrapassado: Lins, Wilson, O Médio São Francisco. Uma Sociedade de Pastores e Guerreiros, Salvador: Livr. Progresso, 1960 e Pierson, Donald, O Homem no vale do São Francisco, 3 vols., Rio de Janeiro: Fundação Gráfico do IGBE, 1972, baseado sobretudo nos relatos dos viajantes europeus. Trabalhos pioneiros de grande valor são os de Santos Filho, Lycurgo, Uma comunidade rural do Brasil antigo (Aspectos da Vida Patriarcal no Sertão da Bahia nos Séculos XVIII e XIX), São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1956 que descreve a vida numa fazenda no sertão baiano nos séculos XVIII e XIX, baseada na sua farta documentação, e os trabalhos (ainda que um tanto folclóricos) de Goulart sobre a pecuária: Goulart, José Alíptio, Brasil do Boi e do Couro, Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1965. As obras de Manuel Corrêia de Andrade sobre o Nordeste e o Sertão em particular, também pioneiras, se referem mais à geografia, sendo genéricas, ainda que instrutivas, na parte histórica.

<sup>68</sup> Os dois únicos estudos etimológicos que conheço refutam a origem óbvia que a palavra derivaria do aumentativo de deserto; Gustavo Barroso (Vida e História da Palavra Sertão, in: Idem, À Margem da História do Ceará, Fortaleza: Impr. Univ. do Ceará, 1962, Pp. 9-13) acredita que "certão" seja uma forma decepada de "muceltão", de origem da língua angolana *bunda*, que significa "sítio longe do mar, no interior". Moacir Silva Malheiros Fernandes (A propósito da palavra "Sertão", in: Revista da Academia Fluminense de Letras 3 (1950), pp. 199-205) vê a origem numa vila portuguesa denominada "Sertã" que ficava numa região parecida com o sertão brasileiro. Mello não desenvolve teoria própria.

pela oposição e distância à costa. A costa, no entanto, não é o complexo geográfico-biológico, mas representa o conhecido, o culto, o seguro. Na carta de Pero Vaz de Caminha, o "sertão" começa a poucos passos da praia, dentro da densa mata atlântica. Com a colonização ele vai se distanciando do litoral. As fontes dos séculos posteriores confirmam em geral que o sertão é uma categoria dinâmica cuja semântica é ligada a uma concepção de *frontier*, de fronteira no sentido clássico de Turner.<sup>69</sup> "Sertão" revela ser um termo vectorial que visa a um território a ser descoberto, "limpado" por inimigos, consolidado e segurado, povoado, cultivado, homogeneizado pelos padrões em vigor da base da expedição, da "Costa".

Originalmente, a violência como elemento fundamental no discurso do "Sertão" fazia parte do complexo semântico da "insegurança". A insegurança no território desconhecido provinha originalmente dos índios que resistiam a sua escravização. Ela se manterá no discurso. O sertanejo como "(bandido) violento" cedo assume o lugar do índio, já antes dele ser vencido.<sup>70</sup> Este lugar está situado dentro da Natureza Inimiga. Os sertanejos são produtos do seu ambiente que é uma Natureza-Pessoa, hostil e inimiga, infantil e animal, cruel e ingrata. Evidentemente esta natureza se opõe à civilização, que está representada nas cidades litorâneas.<sup>71</sup> É a violência pré-moderna, superada pela modernidade (civilização) essencialmente não-violenta, controlada nas suas paixões, pelo menos no que diz respeito à solução de conflitos sociais internos e da criminalidade individual.<sup>72</sup>

Mas antes de ser um elemento distintivo da "cultura sertaneja", a violência do Sertão está inscrita nas relações de poder. Ela é parte integral do sistema abrangente de dominação do "coronelismo". O coronelismo vivia tanto da ausência institucional do Estado como da sua convivência. Foi a disputa pela posse da terra e pelo poder que deu, na maioria das vezes, origem a conflitos violentos.<sup>73</sup> Nestes conflitos, as camadas inferiores da população foram integradas como executores da violência e antes de tudo como vítimas. Mas discursivamente, são os representantes destas camadas – os "capangas", "jagunços" etc. – que assumem a responsabilidade pela origem desta violência. O discurso é antigo, e ele foi revigorada sempre que fosse necessário, como veremos adiante: nos protestos de Quebra-Quilos, na discussão do Antonio Vicente Mendes Maciel ainda peregrino, e evidentemente na Guerra de Canudos. A violência aparece outra vez ligada à natureza; ela faz parte desta Natureza Sertaneja que se reflete no índole da sua população, reflexo direto devido à ausência de cultura e educação. Não se trata, nesta rápida passagem pelo problema da violência no Sertão, de negá-la na sua cotidianidade, e muito menos de defender um romantico "banditismo social". Não há espaço para discutí-la como fenômeno de um sistema de códigos jurídicos (de "honra") próprios que

---

<sup>69</sup> Turner, Frederick Jackson, The Significance of the Frontier in American History, in: American Historical Association Annual Report, Washington CD, 1893, pp. 199-227. A literatura a respeito é vastíssima. Para a aplicabilidade ao Brasil v. Russell-Wood, A. J.R., Frontiers in Colonial Brazil: Reality, Myth and Metaphor, in: P. Covington (org.) Latin American Frontiers, Borders and Hinterlands. Papers of the XXXIII Annual Meeting of the Seminar on the Acquisition of Latin American Library Materials, Albuquerque: Salalm, 1990, pp. 26-61.

<sup>70</sup> "Os moradores (do sertão, D.B.)....quase todos são criminosos e gente insubordinada" escreve em 1630 o holandês Adrian Verdonck, apud Frederico Pernambucano de Mello, O ciclo do gado no Brasil: uma cultura da violência?, in: Ciência & Trópico 2 (1979), pp. 263-306.

<sup>71</sup> Sem poder tocar neste aspecto, vale ressaltar que a partir da segunda metade do século XIX surge com o romantismo também em relação ao Sertão o imaginário da Natureza-Amiga, sublime, espiritual, nobre etc.

<sup>72</sup> Joas, Hans, Die Modernität des Kriegeres. Die Modernisierungstheorie und das Problem der Gewalt, in: Leviathan 24 (1996), pp. 13-27, p. 15-6.

<sup>73</sup> Dean, Warren, Latifundia and Land Policy in Nineteenth-Century Brazil, in: Hispanic American Historical Review (HAHR), Nr. 51/4 (1971), pp. 606-625, p. 611.

preenchem o vácuo jurídico, distinguindo entre violência e criminalidade, e abordando o sistema ético e moral sertanejo. Trata-se, porém, de ressaltar que, historicamente, a violência em nome do Estado contra a sua população foi fundadora do Sertão e formou a sua tradição mais antiga. Durante toda a época colonial e imperial, pelo menos, o Estado se fazia presente no Sertão pelas instituições repressivas, omitindo as instituições e serviços que são igualmente integrais do conceito do Estado moderno<sup>74</sup> como, por exemplo: educação, infraestrutura, política de desenvolvimento econômico, apoio social e separação de poderes.

Complementaridade dependente, autarquia, dissociação: a economia sertaneja

Três espaços funcionais econômicos se sobrepunham no Sertão dos séculos XVIII e XIX. Através da pecuária, ele foi entrelaçado com o mercado interno brasileiro (sobre o qual pouco se sabe até hoje). A produção algodoeira enganchou-o ao mercado mundial. A economia de subsistência providenciava a alimentação básica.

A pecuária exercia uma função complementar para a economia extrativa-exportadora, suprindo com carne os engenhos e as minas de ouro e diamantes. O seu caráter extensivo e latifundiário criava o mesmo obstáculo para a formação de uma produção rural livre em contraposição à economia de plantações escravistas.

O algodão ocupou, neste período, grandes partes do Agreste e Sertão nordestino, principalmente no Ceará, Maranhão e Pernambuco. Durante 100 anos, as áreas algodoeiras valorizaram-no, ainda que de forma parcial e restrita, i.e., integraram o espaço territorial do Sertão ao espaço funcional da economia mundial. Isto significa que as lógicas externas deste espaço funcional determinavam o bem ou o mal da economia local-regional, como foi o caso da produção açucareira, cafeeira, cacaueteira etc. Enquanto houve, em função da Revolução Industrial, uma demanda continuamente crescente, foram a Revolução Francesa, as Guerras Napoleônicas e a Guerra Civil nos Estados Unidos que determinavam a alta, e os respectivos acordos de paz, a baixa da economia algodoeira no Brasil.

A economia própria da região, a "economia de subsistência", foi sempre precária e limitada. Esta precariedade e limitação resultava, no entanto, da lógica dependente à qual foi submetida a economia colonial. O potencial de desenvolvimento da economia de subsistência foi paradoxalmente ligado ao sistema dominante: ela florescia quando as crises no mercado mundial reduziam as terras de plantações e foi limitada em tempos de "prosperidade econômica". A agricultura no sertão concorria pela pouca água com os pastos e com certos enclaves de produção açucareira, cafeeira, e principalmente algodoeira.

É indubitável que no sertão novecentista a agricultura ocupou a grande maioria da população, sem possuir esta a terra que lavrava. A pecuária extensiva empregava poucas pessoas. O vaqueiro é o sertanejo típico apenas da literatura; socialmente, é o sem-terra formalmente livre (não-escravo) que morava e trabalhava numa fazenda, vivendo como agregado, morador, renteiro, meeiro, em diferentes formas e graus de dependência pessoal do fazendeiro, detendo

---

<sup>74</sup> "Se as fortunas consumidas em eleições de chefes políticos que hoje só detrahem do sertão, e que outrora jamais obtiveram para elle o mais insignificante melhoramento material, fossem dadivosamente applicadas em melhorar estradas, construir açudes, levantar predios escolares, attrahir immigrants, desenvolver o trabalho, auxiliar instituições de beneficencia, não teriam os homens poderosos e ricos do sertão melhor demonstrado a origem da influencia que possuem e deixado no reconhecimento local e na gratidão do estado os mais legitimos titulos do seu valor moral e politico?" *Diario da Bahia*, 15.1.1893.

um pequeno lote de terra para a agricultura de subsistência. Agricultores e criadores de gado entraram em conflito na medida em que a população afluente em busca de subsistência crescia tanto quanto os rebanhos, e as terras com acesso a água continuavam limitadas. A agricultura de queimada subia as serras, seguida pelo gado em busca de pasto. A água e a madeira tornaram-se cada vez mais recursos escassos. Em meados do século passado, grandes partes do sertão chegaram aos seus limites ecológicos.

A teoria da modernização costuma atrelar subsistência a subdesenvolvimento. No entanto, a economia sertaneja, que com exceção do algodão estava dissociada do mercado mundial e que perdeu depois da fase de grande exportação de gado no século XVII e primeira metade do século XVIII quase todas as suas relações interregionais de comércio, mostrou uma intensidade intra-regional e local subestimada. Como constata Mattoso a respeito da Bahia novecentista, esta economia praticamente fechada "não carecia de dinamismo, malgrado as agruras do clima. Chegou-se mesmo a criar uma rede de trocas que interligava populações dispersas por enormes extensões....O esforço foi mais longe. Economicamente isoladas, essas regiões do Sertão buscavam produzir, elas mesmas, certos produtos que em geral só prosperavam no litoral, graças a condições climáticas e geológicas mais propícias."<sup>75</sup> Em Monte Santo no Sertão de Canudos, que era um dos mais áridos da Bahia, cultivava-se em 1887 café, cana, mandioca, batata, milho, feijão, tabaco, algodão e arroz; havia frutas como laranja, limão, banana, côco, manga, mamão, abacaxi, goiaba e melancia. Diz ainda o relatório municipal que apenas gado, couro, feijão e milho e "em anos muito favoráveis" requeijão, fumo e caroás eram comercializadas interregionalmente.<sup>76</sup>

São diversos os relatos que afirmam a "abundância" e a "fartura", isto é, a relativamente boa provisão de Canudos com gêneros alimentícios.<sup>77</sup> Os anos de 1893 – 1897 foram um período de normalidade pluviométrica, entre as secas de 1889/90 e 1898-1900.<sup>78</sup> A "fartura" é uma normalidade sertaneja excluída pelo discurso.

É claro que esta "fartura" não deve ser confundida com prosperidade econômica. Esta, sim, dependia da ligação da região ao mercado interno inter-regional e nacional. Ela dependia de uma rede de transporte, uma união tarifária, uma política de apoio financeiro ao pequeno produtor etc. Tal projeto teria sido normal para uma política de integração econômica. O normal para a política de integração ao mercado mundial foi não desenvolver os setores da economia interna. O Sertão não viveu exatamente um "isolamento", topos tão comum. Através do sistema de poder (representado, também, por numerosos políticos do Império de origem do Sertão nordestino) assim como pela exportação do gado, o Sertão esteve sempre

---

<sup>75</sup> Mattoso, op. cit., p. 459-60.

<sup>76</sup> Biblioteca Nacional, Seção Manuscritos, Doc. II—33,33,54.

<sup>77</sup> "Canudos era um pedaço de chão bem-aventurado. Não precisava nem mesmo de chuva. Tinha de tudo. Até rapadura do Cariri. (...) Não havia precisão de roubar em Canudos porque tudo existia em abundância, gado e roçado, provisões não faltavam", disse o sobrevivente de Canudos, Honório Vilanova. Ele dá ainda uma relação de preços considerados por ele baratos de produtos localmente acessíveis, entre açúcar branco de Sergipe e bacalhau. Macedo, Nertan, Memorial de Vilanova, Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964, p. 39, 70. João de Régis, filho de canudenses, afirma em entrevista de 3.4.1997: "Naquele tempo chovia muito. Tudo lá era roça e o pessoal na terra trabalhavam. Nestes riachos mesmo tinha muito engenho, muita fartura..."

<sup>78</sup> O correspondente do Jornal de Notícias em Santa Luzia, perto de Queimadas, escreveu neste jornal, em 14.1.1893: "Chuvas copiosíssimas caíram aqui durante os últimos dias de dezembro. Dos tanques existentes n'este arraial e em sua circumvisinhanças, uns sangraram e aos outros faltou para isso apenas um triz. Avaliamos que, mesmo sobrevivendo tres annos de secca rigorosa, não teremos de sentir falta d'agua, nem para as pessoas, nem para os animaes. É intensa e muito legitima a satisfação do povo."

ligado ao litoral. Mas foi triplamente dissociado: A dissociação institucional do sistema político-jurídico em vigor nas cidades litorâneas; salvo as referidas exceções, a crescente dissociação dos mercados internacional e nacional no percurso do século XIX, e a dissociação do regime "nacional" de espaço e tempo com a modernização do litoral a partir das últimas décadas do século XIX.

## **Modernização conservadora: tentativas de homogeneização no Estado-Nação**

### **A época das reformas**

No segunda metade do século XIX as grandes cidades do litoral brasileiro estão entrando no processo, historicamente inédito, de aceleração, ligada ao progresso técnico da modernidade. É bom lembrar que este processo significou uma profunda transformação das estruturas de tempo e espaço, "desnaturalizando" os tempos históricos e reduzindo espaços e distâncias.<sup>79</sup> O progresso técnico advinha em trilhas de ferro e depois através do aço industrial, e em cabos de cobre, "a todo vapor", isto é, com uma velocidade irreal para as dadas experiências temporais. O progresso providenciava "o substrato empírico da 'verdadeira história'."<sup>80</sup> Representou uma nova qualidade no processo de globalização que se iniciou no século XV, cuja radicalidade é comparável com a qualidade representada pela Revolução Microeletrônica de hoje. Na medida em que a sociedade urbana brasileira, pequena mas hegemônica, entra nestas novas estruturas de espaço e tempo, abre-se de maneira conflitiva a simultaneidade do não-simultâneo.

No momento em que Maciel fundou Canudos, o governo brasileiro podia-se vangloriar do sucesso de uma série de reformas de caráter modernizador: A escravidão tinha sido finalmente abolida, uma república parlamentarista secular tinha posto fim à monarquia. Em comparação com o estado imperial centralista, o sistema federal soube atender melhor às demandas regionais, amenizando as disparidades entre os Estados; a rede ferroviária crescia mais rápido do que nunca e a industrialização começara irrevogavelmente.

Um olhar retrospectivo nestas reformas deve, no entanto, criticar esta imagem brilhante em dois pontos decisivos:

- Sem subestimar as dinâmicas internas (movimento abolicionista, resistência negra etc.), as reformas resultaram decisivamente ou de uma forte pressão externa (no caso da abolição da escravidão) e/ou da necessidade de assegurar os lucros da lavoura do café como setor mais dinâmico da economia exportadora e de preparar a transição ao capitalismo. Embora as idéias do positivismo até o marxismo exercessem grande influência nos intelectuais, não foram estas, porém, as responsáveis destas reformas. O liberalismo no Brasil não era, por sua vez, uma ideologia burguesa senão uma estratégia de legitimação da elite conservadora, através da qual ela conseguira se livrar

---

<sup>79</sup> Koselleck, Reinhart, *Geschichte, Geschichten und formale Zeitstrukturen*, in: Idem, *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*, Frankfurt: suhrkamp, 1992, pp. 130-144, p. 134.

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*.

da dominação colonial. As reformas do final do império tinha portanto toda a característica de uma modernização conservadora.<sup>81</sup>

- Isso revela-se sobretudo no fato que no campo dos direitos políticos e das condições de vida da população pouco mudou. O impacto central destas reformas não atingiu o interior, e muito menos o sertão do Nordeste, cuja economia exportadora litorânea estava em plena decadência. Nem a abolição da escravidão nem os subsídios maçicos para a imigração européia tiveram um significado estrutural para esta região. Com uma percentagem mais elevada de analfabetos do que o litoral, provido de uma melhor rede de escolas, aumentou cada vez mais no Sertão o número de pessoas excluídas do direito de sufrágio. E os governos estaduais do Nordeste não aproveitaram a sua maior autonomia para levar adiante projetos de desenvolvimento no Sertão.

### **Sertão e modernização**

O Sertão, no entanto, foi o campo de outros projetos menores nesta época de reformas. Estes projetos, frutos de uma "calamidade natural" – a seca – e do posterior descobrimento do interior como região a ser integrada no Estado-Nação, não resultaram em mudanças substanciais. O seu resultado primordial é uma configuração discursiva do Nordeste, e dentro dela, do Sertão como região do subdesenvolvimento e do arcaico. Enquanto o Estado falhou em modernizá-lo, o discurso o constituiu como espaço eternamente pré-moderno.

Com o enorme crescimento da população do interior e do número do gado, as secas tiveram conseqüências quantitativa e qualitativamente cada vez mais drásticas para o homem e o meio ambiente. A severa seca de 1844-45 provocou as primeiras reações das autoridades. O governo imperial solicitou a todos os presidentes de província uma concepção de medidas para conter futuras secas. As recomendações eram simples, a sua execução barata pelos melhoramentos que prometiam. Um engenheiro paraibano, após ter percorrido todo o interior do Estado, recomendou:

- a) a construção de estradas, porque a população do interior seria obrigada em tempos de seca a transportar os gêneros de primeira necessidade da Capital por terra;
- b) a construção de açudes em todos os municípios para o fornecimento de água potável. Os calculados custos variariam na grande maioria entre 400\$000 e 1:500\$000;
- c) a proibição da corte e queimada de árvores nas proximidades dos rios e evitar roçados entre janeiro e março; ambos facilitariam a evaporação da água;

---

<sup>81</sup> Costa, Emília Viotti da, *The Brazilian Empire: Myths and Histories*. Chicago und London: Chicago Univ.Press 1985, pp. 7, 53-60.

- d) a cultura da mandioca e de outros alimentos duráveis como do resistente capim d'angola para o gado, em vez de usar a terra só para plantar algodão e cana de açúcar ou como pasto;
- e) a separação de agricultura e criação, para que o gado não destruísse as plantações;
- f) a construção e uso de celeiros para estocar gêneros alimentícios.

O relatório deixou claro que a seca era tanto um problema de falta de infra-estrutura básica como de consciência na cabeça dos proprietários que deixavam de tomar providências tão necessárias quanto simples.<sup>82</sup>

Os presidentes provinciais e o governo imperial colecionaram estes relatórios e recomendações para depois engavetá-los. O Império, porém, tinha descoberto o interior. "Para melhor conhecer as províncias do meu Império, cujos melhoramentos morais e materiais são o alvo de meus constantes desejos e dos esforços do meu governo, decidi visitar as que ficam ao Norte da do Rio de Janeiro." Com este pronunciamento na Assembléia Geral, o Imperador Pedro II. intentou fazer da sua viagem pelo Nordeste em 1859/60<sup>83</sup> um sinal de uma política de integração nacional.<sup>84</sup> É evidente que se interessou primordialmente em conhecer os antigos "centros de civilização" principalmente em Pernambuco e na Bahia, inclusive a ex-Capital do Brasil, Salvador. Mas não deixou de prestar pequenas visitas ao interior. Seu olhar ao sertão tal qual o registra o Diário da viagem, é dirigido sobretudo por um interesse "turístico"-folclórico e científico do que político ou social (no sertão.. "as mulheres emprenham na estação do piqui, excelente fruta..... o gado come o xiquexique, no tempo da seca, queimado, por causa das pontas dos espinhos, ou revolvendo-os para quebrá-las.."). A sua viagem deu ao Imperador um importante avanço no conhecimento em relação aos demais moradores da Capital e das outras grandes cidades. E mais: O Sertão vira objeto da percepção científica do setor modernizador do país: desta viagem de Pedro II nasce a primeira expedição científica oficial dirigida ao Sertão da história brasileira. O projeto foi elaborado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que funcionava como *think tank* do Imperador, estando este regularmente presente nas sessões. A "Comissão Científica de Exploração", dividida em cinco seções<sup>85</sup>, devia tomar

"conhecimentos positivos da topografia, dos cursos dos rios, dos minerais, plantas e animais, dos costumes, língua e tradições dos autóctonos, cuja catequese seria também mais facilmente compreendida. O governo imperial ficaria melhor habilitado para conhecer as urgências do interior e decretar a abertura de novas vias de comunicação, que aumentariam as relações comerciais, e por

---

<sup>82</sup> Memórias das viagens do Engenheiro Francisco Pereira da Silva, da Cidade da Parahyba até o Município de S. João, e pela Terceira Comarca, Parahyba do Norte 31.1.1847 e 10.2.1848, in: João de Lyra Tavares, A Parahyba, Cidade da Parahyba: Imprensa Official, 1910, pp. 49-68.

<sup>83</sup> A viagem durou 4 meses, de 1 de outubro de 1859 a 11 de fevereiro de 1860. Passou pelas províncias de Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Lyra, Heitor, História de Dom Pedro II 1825-1891, Vol 1, São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Livraria Itatiaia Ed., 1977, pp. 200-207.

<sup>84</sup> V. Dom Pedro II, Diário da Viagem ao Norte do Brasil, Salvador: UFBA, 1959.

<sup>85</sup> Botânica (chefiado pelo botânico brasileiro mais conhecido, Freire Allemão) geologia e mineralogia, zoologia, astronomia e geografia, etnologia e relato de viagem (chefiado pelo poeta Gonçalves Dias).

conseqüência a renda nacional; muitas estradas já estão prontas pela natureza, só falta conhecê-las para por elas escorregarem as locomotivas. Alcançar-se-iam, igualmente, observações importantes sobre atmosferologia e climatografia, assim como a aquisição de preciosas coleções dos reinos orgânico e inorgânico para o nosso Museu e quem sabe se talvez a descoberta de algum produto que em breve se tornasse rival dos mais lucrativos. Basta a descoberta de uma baga ou da folha de um arbusto para enriquecer qualquer Estado. O café, o chá, o mate, o cacau, o tabaco fazem girar cabedais quase incalculáveis. A expedição seria, portanto, gloriosa para o Brasil, como não menos para os que a empreendessem, e o bom resultado da primeira serviria para excitar novas explorações."<sup>86</sup>

Depois que os naturalistas alemães Spix e Martius e o inglês Gardner encheram os museus e jardins botânicos de Munique e Londres de milhares de plantas e animais brasileiros, a modernização exigia um projeto genuinamente nacional equivalente. O caráter dependente da modernização brasileira não podia ter sido melhor demonstrado pelo fato que, para a preparação da viagem, teve-se que comprar mais de mil obras fundamentais sobre a geologia, botânica e zoologia brasileiras que ainda não se achava nas bibliotecas da Capital, além de instrumentos científicos da França, Inglaterra, Alemanha e Austria. A embaixada inglesa doou para tal fim 3.000 libras.<sup>87</sup>

As altas expectativas foram frustradas. A comissão, com algumas rápidas exceções, não chegou além do Ceará. Demorou-se muito na Capital, em vez de começar num dos grandes rios do interior, conforme tinha sido planejado originalmente. Numa retomada do imaginário da conquista quinhentista, um dos motivos que mais se destacou foi a busca de ouro e prata. Os sertanejos tanto se entusiasmaram como desconfiadamente vigilaram os passos da Comissão, para que não fossem roubados pelos "estrangeiros".<sup>88</sup> A Comissão chamou ainda atenção pelo indevido comportamento de seus membros na conservadora Fortaleza ("Comissão Defloradora") e pela introdução de 14 dromedares da Argélia que desembarcaram a 24 de julho de 1859 no porto de Fortaleza. Do sertão cearense, a Comissão mal conhecia a região fértil do Cariri, recebida no Crato pelo colega de infância de Antonio Conselheiro, João Brígido. Nas instruções das seções faltam as medidas contra a seca e referências aos planos elaborados após a seca de 1844/45; apenas para as seções de geologia e mineralogia e astronomia e geografia recomenda-se que nos lugares em que seque os rios ou que estejam sujeitos ao "flagelo das secas" proceda-se às sondagens indicativas para a abertura de poços artesianos. Dois dos cinco relatórios nunca foram publicados, assim como os trabalhos cartográficos que deviam contribuir ao Mapa Geral do Império. Segundo Cunniff não há registros de conseqüências políticas das recomendações destes relatórios, entre as

---

<sup>86</sup> Assim definia chefe da seção de zoologia, Manuel Ferreira Lagos, as metas. RIHGB, t. 19 (1856), suplemento, p. 114.

<sup>87</sup> A Comissão tirou até fotografias que se perderam em sua totalidade. Braga, Renato, Ensaio crítico-histórico da Comissão Científica de Exploração, in: Idem (Org.), História da Comissão Científica de Exploração, Fortaleza: Impr Univ. do Ceará, 1962, p.21-22, 62-63.

<sup>88</sup> " Os 'doutores' eram **estrangeiros** [negro no original] que lhes queriam arrebatam as terras, os tesouros e mesmo escravizá-los. Por onde passavam os engenheiros, ficavam os proprietários atemorizados de mais cedo ou mais tarde ser espoliados de suas terras." Braga, op. cit., p. 60

quais um estudo hidrográfico abrangente para o desvio de águas serranas aos leitos dos rios nas planícies, construção de açudes e rearborização.<sup>89</sup>

### Da seca à "Seca"

A grande seca de 1877-79 encontrou o sertão e mais ainda o governo imperial despreparados. Uma das instituições paradigmáticas da modernização, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, organizou uma série de debates sobre a seca no "norte". As propostas concentraram-se na idéia de criar uma superfície húmida no sertão de tal tamanho que pela evaporação o clima pudesse se alterar.<sup>90</sup> Euclides da Cunha favorecia esta idéia ainda 23 anos depois.<sup>91</sup> A comissão Beaurepaire Rohan, incumbida pelo Imperador de desenvolver medidas contra secas, a "primeira providência racional que se toma a respeito"<sup>92</sup>, recomendava em 1878 a construção de 30 grandes represas, subsídios para a construção de açudes particulares, e a construção de três linhas de ferro com um total de 320 quilômetros nos próximos dez anos.<sup>93</sup> Schüch de Capanema combinou na sua análise uma teoria de clima pelo reverso com uma teoria de cultura, estipulando a alta fertilidade do solo sertanejo favorecida ainda pela seca. A miséria seria portanto consequência do *rotinismo* da população local que resistiu aos conhecimentos da ciência e da agricultura moderna.<sup>94</sup> Nesta mesma linha discursiva – uma crença mítica dupla: nos poderes das ciências modernas efeitos ilimitados, e na fertilidade do Sertão encoberta de tradição e ócio – caminhava a Comissão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, quando propôs em 1878 uma modernização profunda da agricultura sertaneja, extinguindo as velhas tradições, e introduzindo, entre outros, novas culturas como trigo e chá e novos métodos de cultivo como enxada e adubo. O novo conhecimento seria passado aos sertanejos por especialistas dos Estados Unidos e da Argentina.<sup>95</sup>

Mesmo sem seguir estas últimas propostas, o governo liberal, no poder desde 1878, gastou muito dinheiro com medidas de emergência assim como com as linhas de ferro e estradas de rodagem. Este dinheiro provocou uma grande concorrência entre políticos das províncias atingidas e os ensinou uma nova tática de política com o governo central. Os efeitos dos enormes gastos para a população foram limitados. O imediatismo, típico da política brasileira, vigorou na política infraestrutural. Uma Comissão de Açudes, nomeada em 1881, não teve resultados práticos.<sup>96</sup> Os governos estaduais voltaram posteriormente a nomear comissões que propunham meramente a construção de açudes. As propostas raramente foram realizadas.<sup>97</sup>

---

<sup>89</sup> Cunniff, *The Great Drought*, p. 67.

<sup>90</sup> Greenfield, Gerald Michael, *The Great Drought and Elite Discourse in Imperial Brazil*, in: *Hispanic American Historical Review* 72:3 (1992), pp. 375-400, p. 382.

<sup>91</sup> Cunha, Euclides da, *Contrastes e Confrontos*, São Paulo: Ed. Cultrix, 1975, p. 61-73.

<sup>92</sup> Aguiar, Pinto de, *Nordeste – O Drama das Secas*, Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1983, p. 56.

<sup>93</sup> Aguiar, *Nordeste*, p. 56-57. Em junho de 1878 o gabinete liberal pediu ao imperador que assinasse dois decretos autorizando a construção de três linhas de ferro: Fortaleza-Baturité, Camocim-Sobral e Piranhas-Jatobá contornando Paulo Afonso.

<sup>94</sup> Cunniff, *Great Drought*, p. 69.

<sup>95</sup> Greenfield, *Elite Discourse*, p. 383-4.

<sup>96</sup> Aguiar, *Nordeste*, p. 61.

<sup>97</sup> V. p. ex. o Relatório do engenheiro Joaquim Nogueira Jaguaribe ao Tenente-Coronel Honorato Candido Ferreira Caldas, Chefe do poder executivo, s.d. (1889?), in: Tavares, João de Lyra, *A Parahyba*, Parahyba:

Nasceram, no entanto, três elementos importantes para o futuro da região:

- Nasceu, com a seca de 1877, a única indústria sustentável e próspera até hoje: a conhecida "indústria da seca".<sup>98</sup>
- Nasceu, em segundo lugar, uma região nova dentro do Brasil: o Nordeste. Ainda que o conceito fosse raramente usado antes de 1930<sup>99</sup>, a criação e atuação de uma lobby "nordestina" que solicitava atenção e recursos para seus estados em função da seca fez brotar uma primeira consciência – frágil e sempre conflituosa – de "Nordeste", superando a simples separação "norte" – "sul".<sup>100</sup> Foram as subseqüentes secas da volta do século que fortaleceram esta consciência, principalmente na medida em que fizeram surgir órgãos públicos destinados ao combate e à burocratização das secas. Estas instituições como a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, criada em 1909, atuaram na prática exclusivamente nesta nova região e através disso ajudaram a constitui-la.
- Nasceu, finalmente, um novo discurso. Constitui-se da sobreposição discursiva de "sertão" e "seca" ou até de "Nordeste" e "seca" que produz o discurso da "Seca", constituindo a catástrofe como normalidade sertaneja.<sup>101</sup> Este discurso liga geografia, clima, teorias racistas e culturalistas: liga o Nordeste e seu Sertão com o clima tropical, inadequado para europeus, e com as estiagens, à inferioridade das "raças" vermelha e negra e ao *rotinismo*, ao apego a tradições superadas. Esta matriz discursiva produz o Nordeste arcáico, decadente, semi-bárbaro, irremediavelmente inferior ao Sul, região capaz de modernização e portanto legitimada para receber subsídios governamentais.<sup>102</sup>

Um texto de 1939 criticava este discurso, resumindo-o desta forma:

---

Imprensa Oficial, 1910, pp. 77-106 propondo 5 açudes do porte do açude do Quixadá e diversos menores; Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Falas, Mensagens e Relatórios dos Presidentes da Província, 1892-1903; Diário da Bahia, 6.-8.7.1893.

<sup>98</sup> Os gastos do governo central durante os três anos de seca excediam consideravelmente as rendas vindas destas respectivas províncias em anos bons. Cunniff, Roger, *The Birth of the Drought Industry*, in: *Hispanic American Historical Review* 55:1/2 (1975), pp. 65-82, p. 75-6.

<sup>99</sup> Melo, Evaldo Cabral de, *O Norte agrário e o Império, 1871-1889*, Rio de Janeiro/Brasília: Ed. Nova Fronteira/INL, 1983, p. 13. Exemplos famosos fizeram os pernambucanos Agamemnon Magalhães em 1920 com "O Nordeste Brasileiro" e Gilberto Freyre em 1925 com o "Livro do Nordeste".

<sup>100</sup> "Após 1880 a área atingida pela seca possuía uma consciência de região inédita até então", conclui Cunniff, *Drought Industry*, p. 76.

<sup>101</sup> V. p. ex. o diário de Theodoro Sampaio, que participou de uma comissão de engenheiros mandados em 1879 ao Rio São Francisco para examinar possíveis melhoramentos da sua navegabilidade. O diário é uma das primeiras obras brasileiras não-fictícias de divulgação pública sobre o Sertão. Concentrando-se nos efeitos da seca, o diário influenciou fortemente na construção deste discurso. Sampaio, Theodoro, *O Rio de S. Francisco*, trechos de um Diário de Viagem, e *A Chapada Diamantina, 1879-80*, São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905.

<sup>102</sup> V. Greenfield, Gerald Michael, *Regional Image and National Identity: The Northeast and Brazil in the Late Nineteenth Century*, in: Isabel Clemente (Hg.), *Historia. Memórias 45.o Congresso Internacional de Americanistas*, Bogotá 1988, pp. 105-115, passim.; Greenfield, *Elite Discourse*, passim.

"O sertão era o Nordeste. Sertão brabo que só se entremostrava, antigamente, nas eternas lamentações contra as secas, contra o exodo eterno dos homens magros, das mulheres esqueléticas, dos meninos famintos, de todas aquelas populações desgraçadas, fazendo fila nas estradas poeirentas, como se fossem uma centopeia humana; o sertão era o Nordeste que sómente aparecia no resto do Brasil para fornecer homens para a guerra, para encher efetivos de policiaes estaduais e de batalhões de marinha, para pedir auxilios que não se davam e que morriam, como o sertanejo, nos exercicios findos dos orçamentos. O sertão era o sol e a falta d'agua. Era a terra onde se devia construir um deserto. E esse sertão, no julgamento geral, era o Nordeste inteiro, da Baía para lá, pegando Alagôas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte até o Ceará, onde a memoria de Pedro Segundo ainda vive fresca e vibrante como se fosse um homem de hoje, um deus milagroso que desse agua para acalmar aquela sêde imensa, de muitos anos.<sup>103</sup>

O discurso das elites imperiais em relação ao Sertão apresenta os seguintes elementos centrais que se reencontram no mencionado discurso sobre o Nordeste<sup>104</sup>: a) o sertanejo foge de trabalho honesto; b) ele é, portanto, um criminoso potencial. "Ócio" e "Vadiagem" e a sua ligação com criminalidade constituem dois elementos-chaves do discurso do "Sertão", que com a abolição e a urbanização passarão a ser aplicados as camadas baixas do contexto urbano.<sup>105</sup> E sobre tudo o sertanejo é c) ignorante, passivo e, como já mencionamos, apegado às suas tradições e métodos de agricultura e criação. Ele é, portanto, anti-modernizador. Muitos como o Barão Schüch de Capanema, participante da Comissão de Exploração ao Ceará em 1859, atribuíram por isso aos próprios sertanejos a responsabilidade exclusiva para a sua miséria. Eles presupunham uma alta fertilidade do solo, que até precisaria da estiagem.<sup>106</sup> Esta análise aplicava outro elemento do discurso do Sertão, apresentando um aparente paradoxo. Mas os "ubérrimos sertões" têm um lugar constante nos discursos sobre o Sertão.<sup>107</sup> Fazem parte de um Brasil incomparavelmente rico pela natureza, esperando o beijo do príncipe modernizador.

Evidencia-se, aqui, que o discurso da "Seca" não somente exemplificava e graduativamente hegemonisava o discurso do "Sertão". Ele também se integrou em discursos mais abrangentes sobre a situação e o futuro do país e da sua população. A maior síntese destes discursos faria, em 1902, *Os Sertões* de Euclides da Cunha.

---

<sup>103</sup> Duarte Filho, João, *O Sertão e o Centro*, Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1939, p. 7-8.

<sup>104</sup> V. a este respeito o trabalho de Greenfield, *Elite Discourse*, passim.

<sup>105</sup> V Monteiro, Hamilton de Mattos, *Crise agrária e luta de classes (O Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889)* Brasília: Horizonte, 1980, p. 71f.; Kowarick, Lucio, *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

<sup>106</sup> Capanema, Schüch de, *Apontamentos sobres as sêcas de Ceará*, Rio de Janeiro, 1878, cit. Cunniff, *Great Drought*, p. 69.

<sup>107</sup> Apenas um exemplo: "O nosso uberrimo sertão, que contém no seu seio riquezas que opulentariam nações, vê-se quasi segregado do resto do Estado pela falta absoluta de meios de comunicação, sem pontes, sem estradas, abandonado como filho espurio, mostrando nesse abandono a desidia criminosa dos poderes publicos, que asphixiavam as antigas provincias sob o guante de ferro de uma centralisa absoluta, inepta e cruel..." Joaquim Manuel Rodrigues Lima, *Mensagem*, in: *Mensagem e Relatorios apresentados a Assembleia Geral Legislativa pelo Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima, Governador do Estado, Bahia: Typ. do "Diario da Bahia" 1893*, p. 5.

## **Quebra-Quilos e Antonio Maciel: resistência contra a modernização conservadora**

### **A "revolta" dos Quebra-Quilos**

Sistema métrico, censo geral, nova lei do recrutamento - a população do interior nordestino em 1874 reagia a estas reformas com desconfiança. O recrutamento consciência coercivo costumava servir como repressão contra pessoas pobres consideradas "vagabundas" ou "facinoras"; "tropa era lugar de castigo."<sup>108</sup> As pessoas pobres não acreditavam que fossem agora recrutados para o alistamento militar também os filhos dos ricos (realmente a lei estipulava as exceções e isenções mediante pagamento); viram no censo um instrumento de recrutá-los para serviços de trabalho forçados, ou então para escravizar também os brancos e gente de cor livres.<sup>109</sup> Além destes temores já pesavam concretamente os custos de vida cada vez mais elevados. O fim da guerra civil nos Estados Unidos fez cair os preços do algodão no mercado mundial. As províncias nordestinas açucareiras e os seus municípios reagiram à sua aguda crise financeira com novos e mais altos impostos. A introdução do sistema métrico, além de ser considerado supérfluo pela população, ainda cobrava taxas para a mudança e autenticação dos novos pesos.

A maioria dos impostos referia-se a atividades comerciais nas feiras, entre eles o "imposto de chão" para cada carga de cereais, frutas ou legumes vendida na feira. Foi a recusa dos camponeses de Fagundas, perto de Campina Grande na Paraíba, que iniciou a revolta dos "Quebra-Quilos".

Não é por acaso que a revolta eclode nas feiras. "Elemento de maior importância para a vida econômica do sertão do século XIX"<sup>110</sup>, as feiras desempenharam um papel fundamental na vida social do povo, abrindo para os participantes um espaço de relativa liberdade dentro do sistema de poder coronelista. Além de providenciar, através de vendas, compras e trocas comerciais, a subsistência cotidiana, a feira era o lugar da medicina natural, da recepção e troca de notícias atuais, da discussão, do lazer, de acordos inter-familiares, e, onde houvesse, de audiências com os representantes municipais ou jurídicos.

As feiras eram essencialmente os lugares do regime de tempo e espaço próprio do sertão, onde a vida cotidiana da população majoritária - agricultores sem-terra e pequenos proprietários - foi alimentada, organizada e regulamentada de acordo com os códigos, os ritmos de tempo e as estruturas de espaço locais, propícias da região e da sua vivência. Sem constituir um espaço verdadeiramente livre dentro do sistema de poder, a feira como espaço opunha-se ao espaço da fazenda com seu regime de dominação e ao espaço de plantação dominado pela lógica unidimensional do mercado internacional. A outorgação de um sistema de medidas e pesos - sob pena de prisão para quem não o aceitasse - e a drástica elevação na cobrança dos impostos de feira representou uma nova qualidade de intrusão do controle estatal que ameaçava a relativa liberdade e a lógica sertaneja da feira. A análise de Barman

---

<sup>108</sup> Souto Maior, op.cit., p. 183.

<sup>109</sup> Barman, op.cit., p. 412-3. O receio dos sertanejos livres de poderem ser escravizados é constante, até depois da Abolição. V. OTTEN, Alexandre, *Só Deus é grande. A Mensagem Religiosa de Antonio Conselheiro*, São Paulo: Ed. Loyola, 1990, pp. 253-257; VELHO, Otávio Guilherme, *Capitalismo autoritário e Campesinato. Um estudo*

comparativo a partir da fronteira em movimento, São Paulo: Difel, 1976, p. 238-9.

<sup>110</sup> Barros, Luitgarde Cavalcanti Oliveira, *A Terra de Mãe de Deus*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 1988, p. 89.

mostra que o movimento não teve participação decisiva de criminosos. É verdade que saqueadores e outros criminosos, assim como escravos, procuravam aproveitar as manifestações para seus fins, mas apenas numa fase posterior. Padres, oficiais do exército e outros representantes de classes superiores participaram do movimento. Mesmo assim, as reações públicas apressaram-se em caracterizar as lideranças e participantes como "sediciosos", "criminosos", "ladrões" e "assassinos".<sup>111</sup>

Isso remete, outra vez, àquele velho discurso do Sertão, que constituirá um elemento forte na matriz discursiva de "Canudos". O movimento de Quebra-quilos representa uma forma de resistência contra este aumento de controle. Ele mostra uma atuação de camponeses não passivos, não apenas vítimas do sistema coronelista, mas capazes de defender interesses próprios.

### **Antonio Vicente Mendes Maciel em Soure, 1893**

Um ato similar de resistência provocou uma diligência policial que fez Antonio Vicente Mendes Maciel tomar uma decisão de conseqüências históricas. Ele decidiu abandonar a vida peregrina e retirar-se com seu séquito sertão adentro em Canudos e fundar a comunidade de *Belo Monte*. É sabido que Maciel não aceitou a República como forma do governo. Declarando-se a favor da continuação da monarquia, os seus motivos foram religiosos e não políticos. Sendo Deus o princípio fundador da vida de aquém e além, a República carece de legitimidade. E além de "permanecer sobre um princípio falso", ainda usurpa direitos genuinamente da Igreja como o casamento e a administração dos cemitérios.<sup>112</sup> A República assume assim o *status* de um erro, um pecado.<sup>113</sup> Ainda partindo de uma visão religiosa bastante conservadora, Maciel tinha sensibilidade pelos problemas do povo sertanejo, que conhecera intimamente, numa espécie de 'pesquisa de campo', nas suas peregrinações.<sup>114</sup> Não é de estranhar que ele se tornasse o porta-voz, ou mais exato, o articulador de protestos, contra uma nova onda de impostos que atingiu o interior. Na sede do recém-criado município de Soure (antes a aldeia Natuba, hoje Nova Soure) um movimento popular quebrou as tabuletas em que estavam, na falta de imprensa, fixadas o orçamento e as leis municipais.<sup>115</sup> Estas tábuas se encontravam geralmente na porta das Câmaras

---

<sup>111</sup> Idem, *ibidem*, p. 417. V. por exemplo o relatório do Coronel Martins da Fonseca aos Presidente da Província da Paraíba, de 11.11.1875, apud Souto Maior, *op.cit.*, pp. 28-9.

<sup>112</sup> Maciel, Antonio Vicente Mendes, *Sobre a República*, in: Ataliba Nogueira, António Conselheiro e Canudos. Revisão histórica. A obra manuscrita de António Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha, São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1974, S. 175-181.

<sup>113</sup> Fiorini, José Luiz, *O discurso de Antônio Conselheiro sobre a República*, in: *Pro-posições* 3 (1990), pp. 82-88.

<sup>114</sup> Souto Maior acha provável que Maciel tivesse convivido com participantes do movimento de Quebra-quilos em 1874 em Pernambuco. Souto Maior, *op. cit.*, p. 203-4.

<sup>115</sup> Os relatos deste incidente são principalmente três: Os artigos no *Diario de Noticias*, de Salvador, de 31.5. e 5.6.1893 – pelo que averigui o único jornal a noticiar o incidente; a carta de Cícero Dantas Martins, o Barão de Geremoabo, publicada em 4.3.1897 no *Jornal de Notícias em Salvador*, e o relatório do então promotor público da Comarca de Monte Santo, Salomão de Souza Dantas, *Criminosos e Ordem Publica: O episodio de Canudos*, in: Idem, *Aspectos e contrastes. Ligeiro Estudo sobre o Estado da Bahia*, Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1922, pp. 137-160. V. Calasans, José, *Canudos não-euclidiano*, in: Sampaio Neto, José Augusto Vaz et alii (Org), *Canudos – Subsídios para sua reavaliação histórica*, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1986, pp. 1-23, republicado em Calasans, José, *Cartografia de Canudos*, Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual da Cultura, EGBA, 1997, pp. 11-24.

Municipais.<sup>116</sup> Tratava-se de um ato de significado simbólico que destruiu o lugar da manifestação discursiva do poder estatal. No lapso de uma semana, tais ações se repetiram nas feiras de Amparo e Bom Jesus (hoje Crisópolis).<sup>117</sup>

A constituição da Primeira República de 1891 conferiu aos Estados da União a legislação sobre as receitas municipais, dentro dos limites impostos aos Estados. Aumentada a autonomia política dos municípios, eles sofriam restrições financeiras exercidas pelos Estados quase sempre endividados; ampliaram-se, de modo geral, os tipos e números de impostos, multas e taxas a serem cobradas pelos municípios, mas os Estados lhes exigiam percentagens sobre estas rendas. Mesmo assim, a renda dos municípios aumentou.<sup>118</sup> No interior, devido à quase inexistência de indústrias e profissões tributáveis, o consumo e a exportação do gado e o comércio local e regional assumiram grande importância para os cofres municipais vazios. Os Estados também reclamavam direitos tributários nesta área;<sup>119</sup> as brigas de competência na área de impostos foram marcantes na Primeira República.<sup>120</sup> Como ainda as autoridades transferiram a cobrança dos impostos a concessionários, especialmente nos vastos territórios do sertão, é fácil imaginar a profusão de abusos. O fato que cada feira tinha sua própria tabela de impostos e que os sertanejos ainda não dominaram o sistema métrico agravou a situação.<sup>121</sup> É difícil dizer de forma segura o que aconteceu nestas feiras e quem participou deste movimento; os relatos falam de "uma multidão de adeptos" de Maciel, "agressores", "sequazes da seira do fanático", "troço de fanáticos". Isto é, reduzem os participantes a uma única qualificação, ligando-os ao alvo principal, que era a pessoa de Maciel, e os recoloca dentro do discurso que estão construindo: o discurso do fanatismo e da criminalidade.<sup>122</sup> Entre o seu séquito, tinha gente de diversas profissões, entre eles, comerciantes.<sup>123</sup> A maioria foi aquela gente que constituía a maioria da população sertaneja, como já foi dito: pequenos agricultores com ou sem terra própria, cultivando para o próprio consumo e vendendo os magros excedentes nas feiras locais.<sup>124</sup> Nas descrições existentes de Maciel, prevalece claramente, antes da guerra, a imagem de uma pessoa mansa, por não dizer tímida, falando em

---

<sup>116</sup> Souto Maior, op. cit., p. 203.

<sup>117</sup> Barão de Geremoabo, op.cit. p. 117.

<sup>118</sup> Leal, Victor Nunes, *Coronelismo, Enxada e Voto*, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1997, pp. 174-177. 1868 os municípios recebiam 2,5% da renda nacional; em 1910 18,6%. A percentagem das províncias/estados subiu de 16,7% para 21,5%. Fausto, Boris, *Brazil: The social and political structure of the First Republic, 1889-1930*, in: Leslie Bethell (Hg.), *The Cambridge History of Latin America*, Vol V, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1986, pp. 779-829, p. 790.

<sup>119</sup> V. as discriminações na Bahia em: *Constituição do Estado da Bahia*, promulgada em 2 de Julho de 1891, Salvador: Typ. do Diário da Bahia, 1891, Art. 109, §1.

<sup>120</sup> V., por exemplo, o relatório do secretário do governo da Bahia, in: *Mensagem e Relatórios apresentados a Assembleia Geral Legislativa pelo Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima, Governador do Estado, Bahia (Salvador): Typ. do "Diário da Bahia" 1894.*

<sup>121</sup> Benício, Manuel, *O Rei dos Jagunços*, . *Chronica Historica e de Costumes Sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*, Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1899, pp. 161-162.

<sup>122</sup> Referindo-se a Antonio Conselheiro, e posteriormente a Canudos, os jornais do litoral discutiam nos anos 1880 e 1890 constantemente a "desordem" e a violência no "centro" como uma tradição nociva da população sertaneja. V. Bartelt, Dawid Danilo, *O Cerco Discursivo de Canudos. Interdiscursos sobre Antonio Conselheiro e os conselheiristas antes da Guerra*, in: *Cadernos do CEAS. Edição especial "Canudos" (1997)*, pp. 37-46.

<sup>123</sup> Alguns, como os irmãos Vilanova, Antonio da Mota e Joaquim Macambira, ficaram até famosos posteriormente. V. Calasans, José, *Quase Biografias de Jagunços (O Séquito de Antonio Conselheiro)*, Salvador: UFBA, 1986, pp. 53-69.

<sup>124</sup> Um único grupo é diferenciado pelo Barão de Geremoabo: os "índios de Mirandela com arcos e flecha" que participaram do movimento em Soure. V. Barão de Geremoabo, op.cit., p. 116. Estes índios se faziam também moradores de Canudos.

voz baixa, fitando o chão. O Maciel de 1893 não teria assumido a liderança de uma multidão que ia quebrar objetos e atacar pessoas. Ele não tolerou a violência. O seu papel era outro. Benício conta um outro caso, no qual Maciel presenciou, na feira de Chorrochó, um arrematante de imposto que cobrou cem réis de *imposto de chão* a uma mulher velha para o lugar ocupada pela esteira dela, enquanto a mercadoria encima da esteira tinha um valor total de 80 réis. Maciel se referiu a este caso à noite, numa prédica, denunciando o fato como sinal da escravidão republicana; isto é, ele se fez o articulador da insatisfação, do protesto da população rural.<sup>125</sup> Similar deve ter sido o seu comportamento nas feiras de Soure, Amparo e Bom Jesus. Vestiu de palavras e sentido o protesto de uma população iletrada.

A Guerra de Canudos estava inscrita nesta dialética de modernização frustrada: Ela aproveitou a linha de ferro para chegar até Queimadas, mas carecia de mapas adequados, de estudos topográficos, de comunicação. Somente na preparação mais sistemática da quarta Expedição o Estado-Maior do exército mandou construir uma extensão da linha telegráfica até Monte Santo. As senhas da modernidade avançaram pelo sertão através do fisco e da guerra. A última, principalmente, sempre foi uma força poderosa de modernização.

A revolta contra um Estado nominalmente modernizador que queria passar os custos desta modernização a sua população sem devolver-lhe adequadamente os benefícios, não se restringiu ao interior. Na própria capital do Império, posteriormente da República, houve duas revoltas neste sentido: A "revolta do vintém" de 1880 contra uma taxa sobre as passagens dos bondes, considerada pela população como a gota d'água do encarecimento do custo de vida.<sup>126</sup> E a "Revolta da Vacina", de 1904, que protestou, embora com forte gosto de ter sido radicalizada pelos interesses políticos da oposição, contra o decreto da vacina obrigatória contra a varíola. A desconfiança dirigia-se tanto contra uma medicina moderna, injetando líquidos desconhecidos, quanto contra um Estado controlador, no qual seus funcionários invadiram cada lar, elaborando listas de dados sobre cada cidadão.<sup>127</sup>

Deixando de lado importantes aspectos, principalmente os religiosos, o presente trabalho queria sugerir uma perspectiva (dentro de uma explicação histórica sempre multifactoral) que vê os movimentos no interior rural do Nordeste brasileiro dentro de um processo de modernização, um processo mais bem discursivo-simbólico que institucional-material. Esta "modernização discursiva" teve, no entanto, uma materialidade própria: justamente porque se abriu uma fenda entre a modernização do litoral urbano que se estendia discursivamente ao interior, e a perseverância de um sistema "tradicional" de dominação coronelista e de ausência do Estado que agia em nome desta modernização. Exatamente por isso não se pode tratar, aqui, de glorificar o sertão pré-moderno. Trata-se, sim, de apontar criticamente para um processo não-moderno de modernização, uma modernização conservadora e repressiva, no qual faltavam os elementos essencialmente modernos, os elementos "horizontais" que constituem o Estado como instituição prioritariamente voltada ao desenvolvimento das estruturas básicas da sociedade e dos indivíduos considerados cidadãos – a modernidade do discurso legitimador. Esta modernização conservadora, a única realizada no Sertão da

---

<sup>125</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>126</sup> V. Graham, Sandra Lauderdale, *The Vintem Riot and Political Culture: Rio de Janeiro, 1880*, in: *Hispanic American Historical Review* 60:3 (1980), pp. 431-449.

<sup>127</sup> Mendes Jr., Antonio/Maranhão, Ricardo (Org.), *Brasil História. Texto e Consulta*, Vol. 3: República Velha, São Paulo: ed. brasiliense, 1979, pp. 136-7, 201-2; Needell, Jeffrey, *A Revolta da Vacina*, in: *HAHR* 67 (1987), pp. 233-270.

República Velha, provocou atos de resistência. Ela exigiu da população uma participação nos custos da transformação – impostos, taxas, recrutamento, homogeneização –, mas lhe negou os seus benefícios.